



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 7ª Marcha dos Prefeitos**

Hotel Blue Tree Park – Brasília-DF, 16 de março de 2004

Quero pelo menos cumprimentar o Marcelo Déda antes que ele saia, porque ele não vai ter tempo de me ouvir, vai ter que sair. A festa de Aracaju é amanhã, mas ele já quer chegar lá hoje.

Quero cumprimentar o Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Quero cumprimentar o José do Carmo Garcia, presidente da Associação Brasileira dos Municípios,

Quero cumprimentar o senador Ney Suassuna,

Os ministros que estão aqui – não sei se verei todos daqui: Aldo Rebelo, Miguel Rossetto, Olívio Dutra, Guido Mantega, Tarso Genro, Patrus Ananias, Marina Silva, Humberto Costa, Eunício, Fritsch, Wagner – no dia que vocês, prefeitos, lembrarem o nome de todo os secretários de vocês assim, vocês vão perceber que a coisa está boa.

Queria cumprimentar os prefeitos, as prefeitas,

Os deputados estaduais,

Os deputados federais que estão aqui presentes,

Secretários municipais,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu acho, Déda, que antes de você sair, gostaria apenas de dizer uma coisa que você conhece e que, certamente, os prefeitos, aqui, conhecem, quando você levanta a questão do contingenciamento: eu acho que é sempre importante explicar, porque muitas vezes, somos levados a acreditar naquilo que é mais fácil e mais cômodo para nós e não naquilo que é mais real.



Eu tentei dizer para a imprensa, durante a discussão, que ao invés de falar em corte ou contingenciamento no Orçamento, deveriam ter falado em aumento de 4 bilhões no Orçamento. Por que, o que aconteceu? Nós fizemos um Orçamento de 402 bilhões de reais e mandamos para a Câmara. A Câmara, utilizando seus técnicos e a sua experiência, fez o Orçamento e encontrou mais 11 bilhões no Orçamento.

Ora, a Receita Federal e o Governo, através do Ministério do Planejamento, não acreditavam que pudéssemos arrecadar tudo aquilo que a Câmara previa que arrecadásemos. E não queríamos cometer o mesmo equívoco que foi cometido em 2002, quando tomamos posse e tivemos que cortar 14 bilhões que tinham sido colocados a mais no Orçamento. E, pelo que eu sei, até agora, cegonha nenhuma traz dinheiro, nem para os municípios, nem para os governos estaduais, e nem para o Governo Federal.

O que nós fizemos? Fizemos quase que um passe de mágica para que não ficassem os 402 bilhões que nós tínhamos previsto, e aumentamos para 406, do próprio Orçamento que nós tínhamos feito.

Então, na verdade, nós não fizemos contingenciamento. Nós apenas dissemos que o Orçamento previsto pela Câmara não era a realidade vista pelo Governo. E tentamos fazer um Orçamento mais dentro daquilo que era a visão do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do conjunto do Governo.

E a mesma angústia que você, como prefeito, sente, os ministros sentem. E, possivelmente, muita gente sinta, porque o ideal seria que não fossem nem 402, nem 406 e nem 413 mas que fosse 1 trilhão e, quem sabe, nós estivéssemos fazendo a mesma reunião aqui, com os prefeitos, dizendo que precisam de mais verbas – o que eu acho democrático e plenamente normal, numa sociedade que tem, nos municípios, a base concreta de organização da nossa sociedade.

Então, só para ter clareza, o que nós fizemos foi apenas um gesto de



não brincarmos com o Orçamento, de não termos a possibilidade de gastos e que, depois, as pessoas ficassem brigando por emendas, e nós não teríamos o dinheiro para liberar.

Então, entre contar uma pequena mentira em março e desmenti-la em dezembro, eu prefiro contar uma verdade em março e errar para menos. Eu peço a Deus que eu esteja errado sobre a capacidade de arrecadação do Estado e que possamos arrecadar mais, porque todo mundo ganha mais.

Então, eu prefiro ter previsto uma coisa mais justa e arrecadar mais do que ter previsto uma grande arrecadação e arrecadar menos, porque aí a frustração seria muito maior.

A segunda coisa que eu acho importante dizer para vocês – eu poderia repetir aqui as palavras que eu utilizei na 6ª Marcha, depois do discurso do companheiro Paulo. Em 1984, quando o vice-governador de São Paulo era Orestes Quércia e coordenava uma frente municipalista em São Paulo, eu fui convidado a fazer um discurso. E, na época, eu dizia que o ideal seria que boa parte dos recursos ficassem nos municípios, porque é exatamente no município onde a pessoa mora, trabalha, estuda, vai ao médico, tem o seu acesso ao lazer, e portanto, é a coisa mais próxima dele. E dizia também que era muito melhor, era muito mais fácil um município encontrar um prefeito num bar da esquina, num restaurante ou em qualquer lugar, do que encontrar um governador de Estado, um presidente da República, um secretário ou um ministro.

Portanto, o poder de pressão da sociedade é muito maior em cima do município. Ou seja, o primeiro a ser xingado é o prefeito; depois, se xinga o governador; e depois, se xinga o presidente da República. E em outras coisas, se começa pelo presidente da República, vai para o governador, chega ao prefeito, e assim sucessivamente.

De forma que estou aqui mais feliz do que estive em março do ano passado. Primeiro, porque estou cumprindo o compromisso que assumi, de



que viria, neste ano, outra vez, à Marcha dos Prefeitos. E já assumo o compromisso de vir à próxima Marcha dos Prefeitos.

Possivelmente aqui tenha muitos prefeitos que foram reeleitos e que, daqui a alguns anos, não serão mais prefeitos ou não poderão mais concorrer neste ano, não estarão aqui, têm outros que terão direito a reeleição e estarão aqui. Possivelmente tenha muita gente nova na próxima Marcha dos Prefeitos. E com todos eles temos que dizer sempre a verdade, e as coisas que são possíveis de ser compreendidas pelos prefeitos.

Eu disse, na outra vez, aqui, que estava muito à vontade, porque eu estava com três meses de Governo, vocês estavam fazendo reivindicações e eu me transportava para o mundo de vocês, quando tomaram posse há quatro anos; e, no começo, o povo cobrava de vocês aquilo que vocês cobravam de mim.

E estou aqui feliz, Paulo, porque, embora não tenhamos feito tudo aquilo que vocês sonharam, reivindicaram, a verdade é que em nenhum momento da História deste país, fora o momento da Constituição de 1988, os prefeitos nunca tiveram tantas conquistas como estão tendo agora.

Lembro que em 1988, foi o melhor momento da história dos municípios deste país. E, logo depois, já a partir de 1990, começou a acabar. E nós estamos tentando mostrar que, quando ganhamos a Presidência da República, uma prefeitura, o Estado, não deveremos governar apenas pensando no próximo mandato ou pensando em quem será o próximo prefeito. Temos que pensar que o que nós fizemos de bom ou de ruim vai ficar para muitos e muitos anos, e vai ficar não para os outros, vai ficar para os nossos filhos, para os nossos netos e para a nossa História.

Portanto, aquilo que fizemos de bom tiraremos proveito. Aquilo que fizemos de ruim, pagaremos um preço muito caro, não apenas perder uma eleição mas, quem sabe, sermos lembrados a vida inteira pelas coisas ruins que tenhamos feito no Governo federal, estadual e municipal.



Estamos aqui para dizer para vocês que vai continuar a ser assim. Sei que aqui tem muita gente nova. Mas aqui tem gente velha, que já veio aqui e que nunca conseguiu ser atendido pelo presidente da República. Tem gente que está lembrado do tempo em que a Marcha era recebida por cachorros policiais e por policiais. Tem gente que está lembrado do descaso que era feito a vocês, até por ministérios do próprio estado, das cidades a que vocês pertencem. E a ordem, no meu Governo, é que nenhum ministro tem que deixar de vir a qualquer debate que for convidado – qualquer que seja o tema – ele só tem que conhecer o tema para não falar bobagem sobre um assunto que não conhece. E por que ele tem que fazer isso? Porque nós temos uma peça da Federação. E essa peça da Federação tem que trabalhar de forma harmônica com as outras peças que dão a sustentação para fazer do Brasil, definitivamente, uma verdadeira Federação.

Estou feliz de estar aqui porque eu sei que já fizemos muito mais do que muita gente esperava e muito menos do que as pessoas necessitam que a gente faça. Estou aqui com a consciência tranqüila de que não é pouco criar o Comitê, como nós criamos, funcionando na Casa Civil, agora funcionando sob a batuta do companheiro Aldo Rebelo, para não permitir que nenhum prefeito venha a Brasília e volte para a sua cidade sem ser recebido pelo ministro, pelos diretores da Caixa Econômica. Na própria Caixa Econômica, recentemente, participei de uma inauguração – eu acho que o Paulo estava presente – de uma sala específica para que os prefeitos sejam atendidos dignamente quando chegarem à Caixa Econômica Federal, como alguém que conheça os problemas do município, para não permitir que prefeitos fiquem transitando dias e mais dias, às vezes gastando mais de diárias de hotel do que aquilo que é o dinheiro que ele veio buscar em Brasília.

Então fizemos isso não para atender prefeitos desse ou daquele partido político. Fizemos isso porque achamos que é preciso ter uma relação de respeito entre os entes federativos em nosso País. E todos nós, seres



humanos, gostamos de ser respeitados e gostamos de respeitar. Vocês, prefeitos e prefeitas sabem que, às vezes, é duro dizer um não. Mas muitas vezes vocês são obrigados a dizer não. O mais fácil seria dizer todos os sim, que muitas vezes as pessoas pensam que nós podemos dizer. E nós não podemos dizer os sim que as pessoas gostariam. Nós temos que, muitas vezes, apenas dizer os sim que podemos dizer.

Eu digo sempre que governar é a arte de exercer o papel de pai ou mãe de uma quantidade de filhos maiores do que a gente. Porque somente uma mãe ou somente um pai, quando enfrenta uma situação adversa qualquer, tem coragem de olhar no olho e dizer: não vou te dar, você não merece, portanto, você não vai ganhar. Na política, muitas vezes, se prefere o caminho fácil, de fazer as promessas que a gente já sabe antecipadamente que não pode fazer, mas a gente acha que o povo esquece. E nós queremos estabelecer com vocês uma outra lógica.

Por isso é que eu disse, aqui, da outra vez: quero que vocês meçam a nossa relação no final de quatro anos de mandato. Em sua consciência, todos vocês sabem que não podem exigir de mim aquilo que durante anos e anos não foi feito pelos municípios brasileiros. Mas, ao mesmo tempo, vocês podem exigir de mim que a gente possa criar uma relação honesta, uma relação digna, uma relação respeitosa entre a Federação e os municípios brasileiros.

Foi por isso que nós não medimos nenhum esforço para atender parte dos sonhos que vocês trouxeram da primeira vez. E não vou, Paulo, aqui, enumerá-los, vocês já disseram alguns, outros ministros vão falar amanhã, mas devo lembrar apenas um, porque também não vimos a coloração partidária e tampouco escolhemos governador do PT ou do PC do B. Ou seja, nós, o ano passado, assinamos um contrato, em dezembro, para a liberação de 1 bilhão, 630 milhões para saneamento básico, contra 262 bilhões liberados em 2002, dos quais apenas 19 foram contratados. E quando fizemos isso, Paulo, descobrimos que não tinha governador do meu partido e que a única pessoa



do meu partido que tinha sido premiada era a prefeita de Campinas, que está aqui presente, numa demonstração que os nossos gestos é que podem dizer se estamos falando a verdade com vocês ou se estamos mentindo.

Se fizermos uma política de prioridade eminentemente eleitoral ou eminentemente partidária, nós sabemos que não iremos contentar a maioria das pessoas, mesmo que um partido político seja maioria. E nós sabemos quantas vezes vocês são vítimas dessas políticas, nos estados de vocês, com governadores marginalizando prefeitos que não pertençam ao seu partido político.

Quero dizer para vocês que nós vamos fazer muito mais. Antes do companheiro Cristovam deixar de ser ministro, eu dizia ao companheiro: a única possibilidade que nós temos de alfabetizar 15 ou 20 milhões de brasileiros que ainda estão sem ser alfabetizados é utilizarmos as prefeituras. Porque, quem sabe onde estão os analfabetos é, efetivamente, o prefeito, o secretário de Educação, que conhece cada rua, cada vila, cada bairro, cada “birosca” do seu município. Portanto, não é o Governo Federal aqui, de Brasília, que vai detectar, pelo IBGE, onde está. Fica muito mais fácil pactuar acordo, fazer transferência de recursos, acompanhar e fazer com que as coisas aconteçam, do que tentar inventar um gesto burocrático de que é o Ministro da Educação que tem que fazer as coisas.

Da mesma forma, a questão do transporte escolar. Nós sabemos quais são as dificuldades dos prefeitos, eu tenho ouvido, e nós vamos caminhando. Não esperem que façamos tudo de uma única vez. Volto a repetir aqui: nós vamos estar juntos, o ano que vem; vamos estar juntos em 2006. Vamos poder conversar para medir, a cada ano, o que que aconteceu, e vocês vão perceber que, no final de quatro anos, vocês tiveram conquistas que muitos de vocês lutaram tantos anos e não conseguiram conquistar.

Afinal de contas, o Brasil não é meu, eu é que sou brasileiro. E eu não quero passar para a História do Brasil apenas com uma foto pendurada num



quadro, num salão do corredor do Palácio do Planalto. Eu quero poder, deixando de ser Presidente da República, andar nas ruas deste país e encontrar com vocês, onde quer que seja, e poder ser tratado como “companheiro” e poder tratar vocês como “companheiros”, independente das disputas que a gente tiver este ano.

Queria dizer aos companheiros e companheiras prefeitos que eu estou, este ano, muito mais otimista do que estive em 2003. Estou otimista porque eu acho que construímos a base para dar o passo seguinte.

Vocês, muitas vezes, ganharam a prefeitura e tiveram que passar um ano, praticamente, tentando consertar o estrago que o antecessor de vocês tinha feito. Quantas vezes, em reuniões, vocês, ao invés de falar das coisas que vocês iam fazer, vocês paravam para xingar o que tinha saído, o que vocês tinham derrotado.

E eu tomei a decisão de que não ia fazer isso. Eu tomei a decisão de que o mandato de quatro anos não me permitia ficar dizendo o que o outro não tinha feito, mas apenas me permitia e me obrigava a trabalhar, de forma incansável, para tentar fazer coisas novas.

E não repetir os números que, também, aqui, já foram ditos. Hoje, nós poderemos, até, pararmos todo mundo e fazermos críticas a alguma coisa do Governo. Mas a verdade é que, hoje, esse país, que estava numa situação quase de UTI, em 2003, é um país que está com todas as condições para ter um crescimento, se não extraordinário, mas que nos permita acreditar que será um crescimento sustentável e que crescerá mais no outro ano e, independentemente de quem seja o Presidente da República, continuará crescendo.

E por quê? Porque tomamos uma decisão de não fazermos nenhum milagre neste país. O Brasil não suportaria mais aquele tipo de tomada de posições em política econômica que parecia um milagre na frente de todo mundo e, seis meses depois, vinha a frustração generalizada. Vocês estão



lembrados do Plano Cruzado. Vocês estão lembrados do Plano Real. Eu lembro do Plano Real... do Plano Real, não, do Plano Collor com algumas pessoas dizendo: “Olhe, o Brasil, agora, está maravilhoso. Eu estou tão rico quanto o Roberto Marinho. Eu só tenho 50 mil numa conta e ele também só tem 50 mil numa conta.”

Nós tomamos a decisão de não fazermos o “Plano Lula”, o “Plano Palocci”, o “Plano Paulo”, o “Plano Tarso”. Não quisemos fazer Plano. Ou seja, precisamos estabelecer como regra que o controle da inflação é uma obrigação de todos e o crescimento da economia é um desejo de todos. Para isso, é preciso que a gente tenha a capacidade – e o dinheiro – de fazer com que aconteçam os investimentos que precisam acontecer. Para isso, é preciso construir os projetos de desenvolvimento regional, que trabalhamos o ano passado inteiro para fazer.

Depois, fizemos o PPA, numa discussão como jamais foi feita na História deste país, Paulo: 2.170 entidades da sociedade civil, pelo Brasil inteiro, participaram da elaboração do PPA, que está no Congresso Nacional para ser votado. E o PPA define os projetos básicos por região. E, dentro dos projetos básicos por região, vamos determinar, agora, com a aprovação do PPP, qual é aquele que vai ter parcerias com a iniciativa privada, qual é aquele que a iniciativa privada vai fazer e qual é aquele que o Estado vai fazer.

Nesta semana, dia 19, terei uma reunião muito importante, aqui em Brasília, com alguns ministros da infra-estrutura, para desbloquear coisas que estão bloqueadas há muito tempo no Brasil, porque vocês já ouviram falar, algum dia, que o Brasil é o paraíso das obras inacabadas. Só para vocês terem uma idéia: de 19 de junho do ano passado para cá, nós desbloqueamos 17 hidrelétricas que estavam paralisadas desde 2001 e, neste ano, vamos ter que desbloquear, até junho, mais 18 hidrelétricas que estão paralisadas. São, ao todo, 35 hidrelétricas que estavam paralisadas desde 2001 e que nós vamos retomar, para que a gente não sofra o “apagão” que sofremos em 2001



e 2002.

Ao mesmo tempo, nós definimos uma política de desenvolvimento que leva em conta a capacidade de investimento do Estado, mas que leva em conta, sobretudo, a capacidade de investimento da iniciativa privada, seja ela brasileira ou estrangeira. Estamos numa situação em que, se a nossa produção continuar a crescer, sobretudo a produção agrícola, nós teremos problemas sérios de exportação dos nossos produtos, seja pelo porto de Paranaguá, seja pelo porto de Santos, seja pelo porto de Sepetiba ou qualquer outro porto, porque quem anda pelo Brasil sabe que as rodovias não andam boas, sabem que as ferrovias, embora privatizadas, foram muitas delas praticamente esquecidas. E nós, agora, queremos, num trabalho de priorização, recuperar esse gargalo, recuperar portos, aeroportos, ferrovias e acabar com os gargalos principais das rodovias brasileiras, para ver se a gente consegue facilitar o escoamento da produção que este país tanto precisa exportar e que tão bem está produzindo.

Ao mesmo tempo, vamos investir – se vocês não ouvirem ainda, vão ouvir amanhã, mas já falo, hoje, pelo Ministério das Cidades – nós vamos ter muito mais dinheiro pela Caixa Econômica para financiar habitação. E a nossa preocupação é que precisamos também definir no prazo menor possível, sobre aqueles cidadãos que não podem pagar a casa, por menor que seja a sua prestação. Tem uma parte que pode pagar. E, para essa, estamos discutindo com a Caixa Econômica Federal, que faça os contratos que puder fazer com empresários, mas que faça, sobretudo, aqueles para que a gente possa, quem sabe, financiar casa para o servidor público municipal, estadual e federal, aquele que pode garantir o desconto em folha e com o qual o construtor não corre nenhum risco de ter o seu investimento perdido.

Estamos, inclusive, estudando a possibilidade de construir casas para a Polícia Militar, porque, muitas vezes, morando onde moram, muitos não podem nem chegar em casa com a roupa, com medo de serem assaltados pelo



primeiro bandido da esquina. Ou quem sabe, mandar a mulher lavar a roupa e esconder dentro do quarto para que ninguém saiba que é policial.

O Olívio Dutra deve ter falado que temos 3 bilhões, fora o orçamento, para investir em saneamento básico. E precisamos começar a discutir onde investir esses recursos, porque nós temos que levar em conta alguns índices que são precários no Brasil: desemprego e violência. E vocês sabem que, muitos deles acontecem em algumas regiões metropolitanas concentradas no Brasil, e se nós não resolvermos esse problema do emprego, e se não resolvermos o problema do investimento em saneamento, essas pessoas nem terão qualidade de vida e nem sairão do fio da navalha para cair na criminalidade.

Portanto, este ano, Paulo, é um ano em que eu diria para vocês: os prefeitos deste país, os governadores e o presidente da República só têm motivos para acreditar que, quando nos reunirmos no próximo ano, não só o artigo XXIII poderá estar totalmente regulamentado, bem definido. O jogo para definir o papel dos entes federativos, o papel de cada um, mas, sobretudo, para que a gente possa medir os avanços dos municípios na área da saúde, da educação, do transporte e da alfabetização. Ou seja, em todas as esferas em que o Governo Federal pode estabelecer essa relação democrática, sadia e próspera com os municípios.

E fazemos isto por outra razão. Vocês sabem que quando termina o mandato de vocês, muitas vezes, continuam morando na mesma rua de quando se candidataram e vão enfrentar as mesmas pessoas, às vezes os velhos amigos voltarão a ser os novos amigos. Eu penso sempre: quando deixar a Presidência da República, vou voltar a morar na Avenida Prestes Maia, em São Bernardo do Campo, no 12º andar de um prédio, e vou ficar da janela olhando se o prefeito fez o asfalto da rua, se o prefeito arborizou a rua, se o prefeito iluminou a rua. É essa a visão que me faz ter proximidade e dar importância às prefeituras brasileiras. Porque elas são a base para que a gente



possa medir a qualidade de vida de um povo. Não é o Estado apenas, é a cidade que determina se a qualidade de vida é boa, se o IDH é bom, se as pessoas moram bem, vivem bem, são exatamente as cidades, por menores que elas sejam. Por isso é que nós temos que dar a importância devida em ter essa relação com vocês, e que nós vamos ter como provar, na prática, que vamos ter.

Eu não quero saber de que partido vocês são. Não me interessa saber. Eu sei que agora vai ter eleição, nós vamos ter um ano complicado, a partir de junho tudo fica mais difícil. Qualquer convênio que a gente faça vai ter problema, qualquer investimento vai ter exploração, não podemos fazer muitos dos contratos a partir de junho. Muitas vezes, o Congresso Nacional não vai funcionar com a totalidade dos seus deputados, porque tem muitos que são candidatos, e assim por diante. E, também, porque vocês estarão preocupados, ou porque são candidatos à reeleição ou porque estarão apoiando um candidato que vocês querem que os suceda.

Então, este ano é um ano atípico na nossa vida. Um Presidente da República, diz a boa política, não pode se meter nas eleições municipais deste país. Essa parece que é a boa política. Então, vocês vão estar muito mais envolvidos do que eu. Muito mais. Possivelmente, muitas vezes, nem se dando conta do noticiário nacional, apenas preocupados com as críticas que recebem ou com as críticas que têm que fazer aos adversários de vocês.

Eu quero pedir a vocês que não esqueçam as reivindicações que vocês fizeram esse ano, outra vez. No ano que vem, vamos batê-las outra vez, aqui, com vocês. E vocês vão perceber que já teve um avanço, e vão perceber que vai ficar cada vez melhor vocês governarem as cidades brasileiras.

Esse é um compromisso do meu Governo, é um compromisso pessoal meu, e eu acho que deva ser um compromisso de todos nós: trabalhar para que os municípios brasileiros possam ser muito melhores do que eles são hoje, mesmo sabendo que nós vamos ter dificuldades.



O Marcelo Déda disse bem, aqui: de vez em quando, um Governo de um país se reúne com o FMI e são técnicos do FMI discutindo com técnicos do Governo do país. Eu resolvi fazer uma inversão: o FMI tem uma orientação política, porque tem países importantes que depositam mais dinheiro no FMI, portanto, têm mais cotas, têm mais votos.

Então, ao invés de ficar esperando que os meus técnicos briguem com os técnicos do FMI, eu resolvi ponderar aos presidentes dos países que têm maior importância no FMI, que é preciso mudar a contabilidade do Fundo, e não levar em conta que cidades que podem tomar dinheiro emprestado, que têm capacidade de endividamento, não podem pegar esse dinheiro porque entram no superávit primário. Muitas vezes, uma empresa pública, que tem saúde financeira, que poderia investir, não pode investir porque tem que entrar no superávit primário. Disse isso a pelo menos sete presidentes de países importantes. E espero que eles levem em conta, porque não é um problema apenas meu. É um problema de todo o Terceiro Mundo e um problema, sobretudo, da América do Sul.

E achamos que eles têm que levar em conta que se, durante 20 anos, a orientação do Fundo Monetário era fazer ajuste fiscal para sanear as finanças dos países em que ele emprestava dinheiro, passados 20 anos, ele já sabe o que isso causou na política mundial e, sobretudo, na política da América do Sul.

Então, a minha tese na discussão com os presidentes é que está na hora de pensar; ao invés de pensar em ajuste fiscal, pensar em crescimento econômico, em desenvolvimento e investimento em infra-estrutura, sem o qual não cresceremos e não crescerão os países da América do Sul.

Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, prefeitos e prefeitos do meu Brasil, quero dizer aos companheiros representantes ou pelo menos à direção mais importante de vocês aqui, o companheiro Paulo Ziulkoski e o companheiro José do Carmo, porque o Déda já foi embora: eu penso,



Paulo, que por qualquer lugar deste país que você andar você tem todo o direito, você e o José do Carmo, de fazerem críticas ao nosso Governo. E eu sei da lealdade com que vocês têm se comportado em todos os debates. Não tem nenhum problema se fizerem crítica, viu, Paulo, porque eu já fiz tanta crítica aos outros que, quando fazem a mim, eu já estou calejado para conviver democraticamente com elas.

A única coisa, Paulo, que eu gostaria que você nunca deixasse de reconhecer é que, na História da militância municipalista, nenhum Governo tratou vocês com o respeito e com a decência com que nós estamos tratando, e pretendemos aperfeiçoar muito mais esse relacionamento.

Muito obrigado, gente. Boa sorte a todos os prefeitos.

/mcpro/lrj/vpm